

Enxugando gelo nas cidades

Categories : [Reportagens](#)

Diretora-regional para América Latina e Caribe do Iclei (sigla em inglês para Conselho Internacional de Governos Locais pela Sustentabilidade), a arquiteta Laura Valente de Macedo é mestre em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo e em gestão ambiental pela Universidade de Oxford (Inglaterra). Atuando na área de meio ambiente desde 1990, comentou nesta entrevista expressa a **O Eco** sobre alguns problemas que a carência crônica brasileira em Educação e cidadania trazem ao país. Confira os principais trechos abaixo.

A população brasileira e de outros países é cada vez mais urbana. Porque isso ocorre e que efeitos tem provocado?

Hoje no Brasil temos mais de 80% da população vivendo em cidades. No mundo, essa proporção passa dos 50%. A tendência é mesmo de um planeta urbanizado. Acredito que as pessoas se agrupem em centros urbanos porque somos animais sociais e também porque as aspirações de nosso estilo de vida, cada vez mais expostas e influenciadas pela mídia, estão todas agrupadas nas cidades. E muita gente junta sempre gera mais impacto, é uma questão de escala. Entre os problemas, há demanda crescente por recursos naturais. À medida que nosso estilo de vida se sofistica, criamos necessidades nem sempre reais de consumo e isso gera descartes que a natureza nem sempre é capaz de processar. O planeta tem uma capacidade limitada para tratar a poluição da água, do solo, do ar. Mas nosso diferencial positivo como espécie é que somos capazes de prever problemas e agir. Por exemplo, podemos construir biodigestores para tratar o esgoto e gerar energia. Tudo é uma questão de se organizar.

Qual a sua avaliação sobre o tratamento que as cidades brasileiras dão a temas como poluição do ar, das águas e do solo, destinação de resíduos e afins?

Uma expressão que gosto muito é “enxugando gelo”. Explico. As populações se multiplicam e se movimentam muito rapidamente e isso não dá tempo para as cidades se estruturarem e, assim, poderem receber, acomodar e gerenciar um número tão elevado de pessoas vivendo juntas no mesmo espaço. Logo, o que se vê são muitos de nossos líderes locais tendo que atender necessidades imediatas, muitas herdadas de gestões passadas, enquanto o Brasil deve muito em planejamento. Isso se torna um círculo vicioso e ainda mais complicado frente à realidade das mudanças climáticas, que trarão mais desastres, enchentes, deslizamentos.

Por que o Brasil sempre deixa para depois medidas obviamente estratégicas para seu futuro, como aprovar uma política nacional de resíduos sólidos?

Nesse ponto, não é só falta de planejamento. Nossa estrutura política é viciada e não é satisfatória frente às necessidades do país. Acredito no modelo das instituições, mas vemos uma total falta de organização e a perda do sentido maior de se cuidar dos bens públicos. A população está totalmente descrente das instituições porque elas são formadas por pessoas que as usam em benefício próprio. No Brasil, principalmente, há o pensamento difundido de que o que é público não é de ninguém. Esta é a atitude generalizada de muita gente que lida com bens públicos, além da própria sociedade. O principal problema, de onde surgem todos os outros, é a falta de educação, de respeito pelo coletivo.

Cidades brasileiras vêm tomando atitudes para reduzir poluição? Elas estão levando o governo a reboque, como ocorreu nos EUA?

Sim, há bons exemplos de sul a norte, como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e São Paulo. Mas é sempre preciso compensar déficits históricos em recolhimento e tratamento de lixo e esgotos, transporte coletivo, poluição visual e do ar. São Paulo aprovou sua política municipal de mudanças do clima e vem fazendo coisas interessantes em arborização, construção e reforma de parques e praças. Belo Horizonte, na região metropolitana de Belo Horizonte, vem investindo em energias renováveis com quase duas mil casas com aquecimento solar de água, estão investindo em biodigestores, gás de aterros sanitários para gerar energia. Volta Redonda, no Rio de Janeiro, tem programa interessante para coleta de óleos usados. Mas todas são experiências pontuais. A possibilidade do pedágio urbano em São Paulo, por exemplo, é polêmica e pode mexer muito com a vida das pessoas. Mas precisa mexer. Também acho que alguns municípios estão adiantados, é uma questão de escala. O governo federal deve estabelecer as grandes linhas e outros governos devem agir. No nível local tudo acontece, onde há menos diferenças a serem administradas. E se quisermos saber se alguma política é realmente efetiva, basta olhar os orçamentos. Se há dinheiro para esta ou aquela ação, então é sério. Sem dinheiro, é só conversa fiada.

No mundo, que tipos de medidas estão sendo tomadas contra o trânsito excessivo, poluição do ar e outros problemas urbanos?

Um dos exemplos mais famigerados é o da Cidade do México, onde desde o início dos anos 1990 se instituiu uma política chamada *Hoy no circula* (Hoje não circula). Contam que essa medida inspirou a operação rodízio em São Paulo. Você tem um número de carros na rua que a cidade não comporta mais, o ar não comporta. E cada vez há mais carros por habitante. E o poder público, na maioria dos casos, acaba proibindo a circulação. Mas é necessário oferecer opções ao rodízio. É uma crítica válida, mas construir um metrô, por exemplo, leva tempo e consome muito dinheiro. Logo, é preciso medidas mais rápidas para restringir a circulação de veículos. Londres usa pedágio urbano, chamada taxa de congestionamento, bem como em Oslo (Noruega), Cingapura. Nesses casos a preocupação maior foi o gerenciamento de tráfego. Em Atenas (Grécia), a preocupação foi com a poluição acabando com monumentos históricos.

O governo se diz preocupado com mudanças do clima e saúde da população, mas cortou

impostos para venda de carros. Não é incoerência?

Sem dúvida, esse é um de muitos episódios. Mas isso não é privilégio do Brasil ser incoerente na relação entre políticas econômicas e ambientais, ainda mais em temas sensíveis como carros e petróleo. Logo que começou essa última crise econômica, no ano passado, a primeira medida que governantes fizeram foi beneficiar a indústria automobilística, no mundo inteiro.

O plano brasileiro sobre mudanças do clima não deixa a desejar em ações para o meio urbano?

Sim. Mas dependendo do tipo de poluição, ela é de competência dos estados ou dos municípios. O controle da poluição do ar, por exemplo, é compartilhada, mas muito mais estadual do que municipal. O Proconve (*Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores*) é muito interessante e ajudou a reduzir a poluição veicular em várias capitais. Por outro lado, a polêmica recente sobre o teor do diesel nos combustíveis mostrou que nesse país ninguém mexe com a Petrobrás, ainda mais no Rio de Janeiro.

Do que tratará a primeira jornada brasileira sobre mudanças climáticas e consumo sustentável, que acontece nos próximos dias em Brasília?

Um de seus focos são as construções sustentáveis. A Construção Civil é uma das áreas com maior impacto sobre o meio ambiente em nível global, com consumo de energia, descarte e desperdício de materiais. No Brasil ainda temos poucos dados consolidados sobre esses impactos. O debate acontece no momento em que o governo está lançando um grande plano para construir um milhão de casas de baixa renda. Sobre as construções sustentáveis, o primeiro passo é evitar desperdícios. A perda de materiais em obras brasileiras é altíssima, algo em torno de 30%. Outros passos envolvem o amplo respeito à legislação, economizar energia, água. Precisamos assimilar todas essas mudanças. O mundo mudou, as pessoas são muitas e esse planeta é um só.

[Mais informações aqui.](#)